

## O triunfo dos moderados

O colapso do domínio português na África Austral em 1975 marcou o fim do último império ultramarino europeu. Cinco séculos e meio depois da conquista de Ceuta, pela primeira vez a bandeira portuguesa deixou de estar içada numa fortaleza em África. Mas os acontecimentos em meados da década de 70 em Portugal tiveram também um papel significativo e precoce no grande conflito ideológico do século XX. O triunfo dos democratas anticomunistas no conflito interno português entre 1974 e 1976 por um lado, conjuntamente com a vitória inicial das forças apoiadas pelos comunistas em Angola nesse mesmo período por outro, puseram em movimento muitas das forças que viriam a contribuir para o culminar do fim da Guerra Fria na Europa, ao rejuvenescerem a democracia nos seus fundamentos e ao fazerem aumentar os custos dos conflitos por procuração no Terceiro Mundo. Na década de 90, alguns especialistas em ciência política, em particular Samuel Huntington, revendo a década de 70, consideraram o processo de democratização portuguesa como o início da «terceira vaga» de democratização, a qual iria assistir à queda dos regimes comunistas na Europa de Leste e consequentemente na própria URSS, num período comparável às décadas de 1820 ou 1940.

A sequência de acontecimentos postos em movimento pelo golpe de Abril de 1974 teve portanto numerosas e duradouras ramificações internacionais. Nos Estados Unidos, a crise alcançou uma atenção considerável nas preocupações de política externa da presidência de Gerald Ford. A guerra civil em Angola, resultante da precipitada retirada portuguesa e da intervenção externa, contribuíra para pôr em causa a *détente*, ameaçou a credibilidade da administração Carter quando os cubanos com apoio soviético alargaram as suas actividades à Etiópia e ao Ogaden, que serviram para justificar os enormes arsenais militares que contribuiriam para o aumento dos gastos militares e que, no final, iriam quebrar a espinha da União Soviética.

Mas, durante um longo intervalo, este perigo mortal para o sistema soviético foi dissimulado pelo aparente sucesso dos movimentos nacionalistas apoiados pela União Soviética no Terceiro Mundo. Poucos conseguiram ver ou admitiram que esses sucessos eram pírricos e que deviam tanto às circunstâncias locais e, no caso de Angola, aos erros de cálculo dos norte-americanos, como ao poder intrínseco dos próprios movimentos, ou à eficácia das suas soluções ideológicas para os dilemas terceiro-mundistas africanos, de modo que o sucesso fácil das

---

Agradecemos a autorização gentil de Kenneth Maxwell, para a publicação de extractos do seu livro, *The Making of Portuguese Democracy*, 1995, publicado pela Cambridge University Press.

forças apoiadas pelos soviéticos em África criou um excesso de confiança perigoso noutras partes, onde as circunstâncias eram diferentes e a oposição popular à expansão soviética mais forte em sítios como, por exemplo, o Afeganistão, cemitério perene de pretensões imperiais. Em meados da década de 70, o levantamento português teve consequências mais imediatas. O comportamento dos comunistas portugueses desacreditou o movimento eurocomunista quando, durante o Verão de 1975, fizeram a última tentativa comunista séria de tomar o poder na Europa Ocidental. Para muitos radicais europeus e norte-americanos, Portugal forneceu durante algum tempo uma via razoavelmente segura e próxima de experimentar em primeira mão uma revolução em curso. Um pouco como a Nicarágua nos anos 80, Portugal foi invadido por grupos de supostos revolucionários e por um número importante de jornalistas. Deste influxo emergiram alguns bons livros, mas os fornecedores de soluções rápidas para problemas antigos, depois raramente ficaram para enfrentar as consequências, uma vez ultrapassada. Em Espanha, por outro lado, com a sua própria história trágica de guerra civil bem presente, todas as partes da transição política a seguir à morte de Franco nos finais de 1975 se comportaram com grande cautela e bom senso, procurando evitar a repetição do colapso português. A democratização da Península Ibérica representou para a Comunidade Europeia (CE) novas oportunidades; sobretudo, acabava com a velha desculpa para excluir Portugal e Espanha da nova Europa. Quando Portugal aderiu à CE, em 1986, contou com um padrão de política externa de cinco séculos predominantemente oceânico e atlântico, e marcou uma viragem histórica.

O contexto internacional foi sempre um importante pano de fundo dos acontecimentos em Portugal. Mas os factores internacionais por si sós não explicam o resultado das lutas sociais e políticas em Portugal. Essas lutas têm também de ser compreendidas no seu contexto interno. Em muitos aspectos, a característica mais importante da emergência da democracia portuguesa foi o triunfo dos moderados. Em meados da década de 70 esse resultado estava longe de ser óbvio. Alistair Horne, no seu brilhante livro sobre as lutas amargas da descolonização francesa no norte de África, *A Savage War of Peace*, salientou «a lição do triste e repetido fracasso dos moderados, ou de uma terceira força para competir contra os extremos opostos». Esta lição, continuava Horne, «é de uma relevância constante na vida contemporânea, seja na Irlanda do Norte, na África do Sul, ou na América Latina. Tal como em 1793 ou 1917, nas revoluções modernas», concluía Horne, «é a montanha que triunfa sobre a gironda».

Portugal, claro, quebrou este padrão. Não foram os girondinos que perderam contra os montanheses como durante a revolução francesa; ou, mais concretamente no que se refere ao caso de Portugal em 1975, não foram os bolcheviques que derrotaram os mencheviques. Apesar do

triumfalismo do líder do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, apesar do autoritarismo atávico do regime deposto, apesar do «terceiro mundismo» adoptado pelos jovens militares radicais que tomaram o poder em Lisboa depois do golpe, apesar das maquinações da extrema direita nostálgica do passado, apesar do atraso económico e social português, apesar da instabilidade política crónica que se seguiu à promulgação da Constituição de 1976, e apesar das negras previsões feitas por Henry Kissinger, os portugueses foram capazes de criar um sistema de governo representativo e pluralista, plenamente comparável aos regimes vigentes na Europa Ocidental. No contexto da revolução portuguesa, foi Kerensky quem sobreviveu, não Lénine. Foi o socialista moderado Mário Soares quem mais tarde se tornou Presidente da República e o militar populista radical Otelo Saraiva de Carvalho quem foi preso e depois remetido à obscuridade. Nisto, Portugal foi um exemplo precoce das transições pacíficas do autoritarismo para a democracia que viriam a ocorrer no final da década de 80 na América Latina e na Europa de Leste.